

CHRISTOPHER F. RUFO

REVOLUÇÃO CULTURAL SILENCIOSA

Como a esquerda radical assumiu o controle de todas as instituições



CHRISTOPHER F. RUFO

**REVOLUÇÃO
CULTURAL
SILENCIOSA**

*Como a esquerda radical assumiu o
controle de todas as instituições*



PREFÁCIO

Eu vi a cara feia da revolução.

Meu primeiro contato com ela foi em Seattle, no estado de Washington, onde iniciei minha carreira como jornalista de política. Quando comecei a denunciar a crise da falta de moradias da cidade, os ativistas de esquerda de Seattle lançaram uma campanha implacável contra minha família, atacando nossa reputação, tentando conseguir a demissão de minha mulher de seu emprego, publicando ameaças que incluíam o endereço de nossa casa e colocando cartazes ameaçadores perto da escola de meu filho mais velho.

O objetivo deles era simples: silenciar, marginalizar e reprimir – de algum modo, tudo em nome da tolerância e de uma sociedade aberta. Na época, eu me considerava um indivíduo moderado. Porém, essa experiência abriu meus olhos para a verdadeira natureza da política da esquerda. Isso me radicalizou.

Alguns anos depois, quando minha atividade jornalística se voltou para a teoria crítica da raça, descobri a mesma dinâmica em escala nacional: as instituições norte-americanas vinham praticando o mesmo jogo cínico, mobilizando as forças da culpa, da vergonha e do bode expiatório para impor uma ortodoxia política esquerdista. Os órgãos governamentais estavam ensinando que “todos os brancos” eram racistas. As escolas públicas separavam os alunos em “opressores” e “oprimidos”. As 100 maiores corporações dos Estados Unidos promoviam a ideia de que vigorava um “sistema de supremacia branca” no país.

Assim como aconteceu em Seattle, a maioria dos norte-americanos – liberais, moderados e conservadores – conseguia perceber a falsidade e o perigo dessas ideias, mas temia falar abertamente. Eles não eram “opressores” ou “supremacistas brancos”; eram pessoas normais que criavam suas famílias e procuravam agir corretamente com seus vizinhos. E eles precisavam de uma voz.

Nesse período, enquanto fazia minhas reportagens, eu também descobri uma maneira de contra-atacar. No verão de 2020, participei do programa de televisão *Tucker Carlson Tonight*, apresentei minhas informações sobre a aplicação da teoria crítica da raça no governo federal e pedi diretamente ao presidente Donald Trump que tomasse providências. “O presidente e a Casa Branca têm a autoridade e o poder para expedir imediatamente um decreto presidencial abolindo a capacitação em teoria crítica da raça no governo federal”, afirmei. “Exorto o presidente a expedir imediatamente esse decreto e erradicar pela raiz essa ideologia destrutiva, desagregadora e pseudocientífica.”

Fiz o pedido no momento certo. Às sete da manhã do dia seguinte, recebi um telefonema de Mark Meadows, chefe de gabinete do presidente, que me disse que Trump assistira a minha entrevista e o encarregara de agir imediatamente. Três semanas depois, o presidente expediu um decreto abolindo a teoria crítica da raça no governo federal, nacionalizando a questão e provocando um período de debate acalorado e consequente na política norte-americana.

Desde o início, tenho estado no centro desse debate. Como jornalista, publiquei artigos expondo a presença da teoria crítica da raça nas instituições norte-americanas e, como ativista, liderei a campanha bem-sucedida de proibir o uso desta teoria nos sistemas de ensino público em 22 estados. Fui reverenciado na imprensa conservadora, que aclamou meu trabalho como jornalista e líder em formulação de políticas. Até meus inimigos foram forçados a reconhecer minha influência, com o *New York Times* me chamando de o “mentor da cruzada da direita contra a teoria crítica da raça” e o *Vox* me identificando como “o empreendedor intelectual mais importante da direita política da atualidade”.

Este livro representa um esforço para compreender a ideologia que impulsiona a política da moderna esquerda, desde as ruas de Seattle até os escalões mais altos do governo norte-americano. Nos últimos dois anos, ao mesmo tempo que eu combatia as ideologias esquerdistas na arena política, também me dediquei a estudar meus adversários por meio de investigações mais aprofundadas. Li centenas de livros, ensaios, estudos e artigos jornalísticos que revelaram o desenvolvimento histórico da esquerda atual e suas bases ideológicas. Aos poucos, comecei a perceber o panorama geral: a campanha para incorporar a teoria crítica da raça na vida norte-americana era apenas um aspecto da “longa marcha através das instituições” da esquerda radical, que começara cinquenta anos atrás.

Este livro conta toda a história. Eu descrevo a progressão da ideologia de esquerda desde o movimento estudantil radical da década de 1960 até o chamado

movimento antirracismo, que incendiou o país em 2020. Como ativista, muitas vezes preciso comunicar os fatos em pequenos surtos de retórica simplificada. Como escritor, tenho condições de ser mais abrangente, identificando os padrões da história, investigando os meandros da ideologia e sondando as profundezas das personalidades que moldaram a forma como pensamos, sentimos e agimos.

Este livro proporciona uma lição importante. Há uma deterioração se espalhando pela vida norte-americana. Os alicerces do país começam a ser abalados. Um novo niilismo vem cercando o cidadão comum em todas as instituições que importam: seu governo, seu local de trabalho, sua igreja, a escola de seus filhos e até mesmo sua casa. Ele sabe que recebemos um presente – a República Norte-Americana –, mas nada garante que ela irá perdurar. Ele sente isso em seu âmago.

Escrevi este livro com a esperança de fundamentar essas intuições e revelar a história profunda da revolução cultural nos Estados Unidos. Trata-se de uma genealogia das trevas: uma tentativa de estabelecer a linhagem humana do novo niilismo que ameaça subjugar o país. Porém, também é uma obra de otimismo decidido: se quisermos salvar os Estados Unidos da desintegração, devemos primeiro enxergar a crise com clareza e confiança. Não podemos desviar o olhar.

A REVOLUÇÃO CULTURAL SILENCIOSA

Em 1975, em Nova York, o dissidente soviético Alexander Soljenítsin discursou para um grupo de líderes sindicais e denunciou a radical norte-americana Angela Davis, que se tornara um símbolo do comunismo internacional e da revolução violenta contra o Ocidente.

Durante esse período, o governo soviético havia disseminado propaganda em massa celebrando Davis como figura de importância histórica mundial e instruindo milhões de crianças em idade escolar a enviar cartões e flores de papel para ela. “Em nosso país, ininterruptamente por um ano, não se falava de mais nada a não ser Angela Davis”, disse Soljenítsin.

Porém, essa campanha se baseava em uma mentira. Os soviéticos tinham criado um Estado escravagista global, com uma rede de *gulags*, masmorras e campos de prisioneiros que se estendiam de Vladivostok a Havana; o próprio Soljenítsin passara oito anos suportando prisões, torturas e trabalhos forçados.

Mas Davis seguiu a linha propagandística. Em 1972, durante uma turnê pela União Soviética, ela elogiou seus anfitriões pelo tratamento que dispensavam às minorias, e denunciou os Estados Unidos por sua opressão aos “prisioneiros políticos”. Contudo, segundo Soljenítsin, durante um encontro não programado, um grupo de dissidentes tchecos abordou Davis com um apelo: “Camarada Davis, você passou algum tempo na prisão, por isso sabe como é desagradável ficar presa, principalmente quando se considera inocente. Com toda a autoridade

que tem agora, você poderia ajudar nossos prisioneiros tchecos? Você poderia defender essas pessoas na Tchecoslováquia que estão sendo perseguidas pelo Estado?”. Davis respondeu com frieza: “Eles merecem. Que fiquem na prisão”.

Para Soljenítsin, nesse momento, tudo ficou claro. Davis encarnava o espírito da revolução de esquerda: o sacrifício do ser humano em favor da ideologia. O compromisso dela com as grandes abstrações – libertação, liberdade, humanidade – era uma farsa. “Essa é a cara do comunismo”, ele disse. “Essa é a essência do comunismo para você.”¹

Posteriormente, a União Soviética entrou em colapso, e muitos norte-americanos consideraram resolvida a questão da revolução de esquerda. Ela se mostrara desastrosa em todos os lugares onde fora tentada – Ásia, África e América Latina. O mundo aprendera a lição, acreditava-se, e superara as promessas de Marx, Lênin e Mao.

Mas não foi assim. Embora a revolução cultural de esquerda tivesse se autodestruído no Terceiro Mundo, ao longo do tempo ela encontrou uma nova morada: os Estados Unidos.

Essa nova revolução foi construída pacientemente nas sombras, e após a morte de George Floyd na primavera de 2020 irrompeu na cena norte-americana. De repente, a antiga narrativa de Angela Davis apareceu em toda parte: os Estados Unidos eram uma nação irremediavelmente racista; os brancos constituíam uma classe opressora permanente; o país só poderia ser salvo por meio da realização de rituais de culpa elaborados e da subversão completa de seus princípios fundamentais. Todas as instituições formativas – universidades, escolas, empresas e órgãos governamentais – repetiam o vocabulário da revolução como um mantra: “racismo sistêmico”, “privilégio branco”, “diversidade, equidade e inclusão”. Enquanto isso, nas ruas, multidões de manifestantes de esquerda expressavam a ideologia de forma física, derrubando estátuas de Washington, Jefferson e Lincoln e incendiando quarteirões inteiros das cidades.

Repentinamente, a questão da revolução de esquerda foi reaberta. Como isso aconteceu? De onde vieram essas ideias? Quem foi responsável pelo caos?

Para responder a essas perguntas e compreender as vertiginosas mudanças culturais que assolaram os Estados Unidos – a captura das instituições norte-americanas, a revolução nas ruas do movimento Black Lives Matter, a disseminação da ideologia racista na educação pública e a ascensão da burocracia da “diversidade, equidade e inclusão” – é preciso voltar a suas origens.

A história da revolução cultural nos Estados Unidos começa em 1968, enquanto o país enfrentava uma longa temporada de protestos estudantis, tumultos urbanos e

violência revolucionária que proporcionaram o modelo para tudo o que aconteceu depois. Nesse período, os intelectuais de esquerda desenvolveram uma nova teoria da revolução no Ocidente, e seus discípulos mais dedicados publicaram panfletos, detonaram bombas caseiras e sonharam em pôr fim ao Estado.

A aspiração deste livro é revelar a história da revolução cultural americana, traçando a trajetória de seu desenvolvimento desde o ponto de origem até os dias atuais. A obra está dividida em quatro partes: revolução, raça, educação e poder. Cada parte começa com um perfil biográfico dos quatro profetas da revolução: Herbert Marcuse, Angela Davis, Paulo Freire e Derrick Bell. Essas figuras criaram as disciplinas de teoria crítica, práxis crítica, pedagogia crítica e teoria crítica da raça, que, no meio século subsequente, multiplicaram-se em uma centena de subdisciplinas e engolfaram as universidades, as ruas, as escolas e as burocracias. Em conjunto, eles representam a gênese intelectual da revolução. Suas ideias, seus conceitos, sua linguagem e suas táticas moldaram a política do presente e agora a permeiam.

Herbert Marcuse foi o filósofo proeminente da chamada Nova Esquerda, que procurou mobilizar a *intelligentsia* branca e os guetos negros e convertê-los em um novo proletariado. Angela Davis foi uma das alunas de pós-graduação de Marcuse; após se comprometer a pôr fim violentamente ao Estado, ela se tornou a face da revolta racial no Ocidente. Paulo Freire era um marxista brasileiro cujo trabalho em transformar escolas em instrumentos da revolução se tornou o evangelho da educação de esquerda nos Estados Unidos. Derrick Bell foi um professor de direito de Harvard que estabeleceu as bases para a teoria crítica da raça e recrutou um grupo de estudantes que capturariam as instituições de elite com sua nova ideologia racialista.

Durante a década de 1970, os grupos mais violentos da coalizão da Nova Esquerda – o Weather Underground Organization, o Partido dos Panteras Negras e o Exército de Libertação Negra – se desfizeram, mas o espírito de sua revolução se manteve sob uma forma mais sutil, porém, igualmente perigosa. Enquanto Soljenítsin revelava a falência dos movimentos comunistas no Ocidente, os ativistas e os intelectuais mais sofisticados da Nova Esquerda criavam uma nova estratégia, a “longa marcha através das instituições”, que levou seu movimento das ruas para as universidades, escolas, redações de jornais e burocracias. Eles desenvolveram teorias complexas ao longo das linhas de cultura, raça e identidade, e as inseriram silenciosamente em toda a gama de instituições de produção de conhecimento dos Estados Unidos.

Nas décadas seguintes, a revolução cultural iniciada em 1968 se transformou, de maneira quase invisível, numa revolução estrutural que mudou tudo. As teorias críticas, primeiramente desenvolvidas por Marcuse, Davis, Freire e Bell, não foram criadas para funcionar como meras abstrações. Elas foram criadas como armas políticas e orientadas para a tomada do poder.

Conforme os discípulos da Nova Esquerda ganhavam terreno nas grandes burocracias, eles promoviam a revolução por meio de um processo de negação implacável, que roeu, mastigou, esmigalhou e desintegrou todo o sistema de valores que veio antes dele. E sua estratégia foi engenhosa: a captura das instituições norte-americanas foi tão gradual e burocrática que, em grande medida, passou despercebida do público norte-americano, até irromper na consciência após a morte de George Floyd.

Atualmente, a revolução cultural americana atingiu o estágio final. Os descendentes da Nova Esquerda concluíram sua longa marcha através das instituições e implantaram suas ideias nos currículos escolares, na mídia de massa, nas políticas governamentais e nos programas de recursos humanos das empresas. Seu conjunto básico de princípios, inicialmente formulado nos panfletos radicais do Weather Underground e do Exército de Libertação Negra, foi tornado menos ofensivo e adaptado para a ideologia oficial das instituições de elite dos Estados Unidos, desde a Ivy League² até as salas de diretoria de empresas como Walmart, Disney, Verizon, American Express e Bank of America.

As teorias críticas de 1968 se converteram numa espécie de moralidade substituta: o racismo é elevado ao princípio máximo; a sociedade é dividida num binarismo moral grosseiro entre “racistas” e “antirracistas”; e uma nova lógica burocrática é necessária para se pronunciar sobre a culpa e redistribuir riqueza, poder e privilégio. Para impor essa nova ortodoxia, os ativistas de esquerda criaram departamentos de “diversidade, equidade e inclusão” em todo um estrato de burocracias públicas e privadas. Os aliados são recompensados com *status*, cargos e empregos. Os dissidentes são humilhados, marginalizados e enviados para o exílio moral.

A revolução cultural norte-americana culminou com o surgimento de um novo regime ideológico, inspirado nas teorias críticas e administrado mediante a captura da burocracia. Embora as estruturas políticas oficiais não tenham mudado – ainda há um presidente, um legislativo e um judiciário –, toda a subestrutura intelectual se modificou. As instituições impuseram uma revolução de cima para baixo, realizando uma reversão moral completa e implantando uma nova camada de “diversidade, equidade e inclusão” em toda a sociedade.

Ninguém votou a favor dessa mudança; ela simplesmente se materializou de dentro para fora.

O objetivo final ainda é revolucionário: os ativistas de extrema esquerda querem substituir os direitos individuais por direitos baseados em identidade de grupo, pôr em prática um modelo de redistribuição de riqueza baseado em raça, e censurar a liberdade de expressão com base em um novo cálculo político e racial. Eles querem uma “ruptura total” com a ordem existente.

Felizmente, apesar de seu ataque bem-sucedido através das instituições, a revolução tem seus limites. A esquerda política pode ter conseguido desmascarar e deslegitimar a velha ordem – as teorias críticas substituíram a mitologia da Fundação da nação norte-americana pela moralidade da “diversidade, equidade e inclusão”, que se tornou o novo sistema operacional das instituições de elite –, mas a revolução não é capaz de escapar das contradições fundamentais que a têm atormentado desde seu início.

O movimento intelectual que começou em 1968 conseguiu iniciar o processo de desintegração dos antigos valores, mas não pôde construir um novo conjunto de valores para substituí-los. Em vez disso, o apelo da Nova Esquerda para cometer “suicídio de classe” e renunciar ao “privilégio branco” desencadeou uma torrente de narcisismo, culpa e autodestruição. Os atos de terrorismo do Weather Underground e do Exército de Libertação Negra lhes custaram o apoio popular e levaram a uma reação imediata. Os estudantes radicais acabaram abandonando a revolução armada e se transformaram em acadêmicos ativistas e burocratas em busca de patrocínio.

A mesma dinâmica se mantém hoje em dia. Os descendentes da Nova Esquerda capturaram as instituições de elite, mas não conseguiram reorganizar as estruturas mais profundas da sociedade. A guerra de negação não soube proporcionar o mundo futuro. Em vez disso, produziu um mundo de fracasso, exaustão, ressentimento e desespero. As universidades perderam o antigo *télos* de conhecimento, trocando-o por um conjunto inferior de valores orientados para identidades pessoais e patologias. O ressurgimento da violência de rua com motivação política promovido pelo movimento Black Lives Matter – em si uma reencarnação tosca do Partido dos Panteras Negras – causou estragos nas cidades norte-americanas. As escolas públicas absorveram os princípios da revolução, mas foram incapazes de ensinar habilidades rudimentares de leitura e matemática. A teoria crítica da raça carrega todas as falhas do marxismo tradicional e as amplifica com uma narrativa do pessimismo racial que subjuga a própria possibilidade de progresso.

No espaço de 50 anos, a revolução cultural lentamente tirou sua máscara e revelou sua cara feia: o niilismo. A ansiedade que se espalhou por todos os cantos da vida norte-americana é totalmente justificada: o cidadão comum pode sentir que um novo regime ideológico foi estabelecido nas instituições que proporcionam a estrutura para sua vida social, política e espiritual. De maneira intuitiva, ele entende que apelos a um novo sistema de governança baseado em “diversidade, equidade e inclusão” são um pretexto para instituir uma ordem política hostil a seus valores, mesmo que ele ainda não possua o vocabulário para perfurar a casca do eufemismo e descrever sua essência.

A aspiração deste livro é abrir os olhos do cidadão comum, revelando a natureza das teorias críticas, apresentando os fatos acerca do novo regime ideológico e preparando o terreno para se revoltar contra ele. Este livro formulará as questões que existem sob a superfície da revolução cultural. Será que o povo quer uma sociedade igualitária ou uma sociedade de vingança? Será que vai trabalhar para transcender o racismo ou para consolidá-lo? Será que deve tolerar a destruição em nome do progresso?

Embora possa parecer que a revolução cultural nos Estados Unidos tenha entrado num período de predominância, o espaço entre suas ambições e seus resultados deixou aberta a possibilidade de reversão. O fato é que a sociedade baseada nas teorias críticas não funciona. A revolução não é um caminho para a libertação – é uma jaula de ferro.

Em resumo, este é um trabalho de contrarrevolução. A premissa básica é que os inimigos da revolução cultural devem começar a enxergar as teorias críticas e a “longa marcha através das instituições” com um olhar atento. Eles devem ajudar o cidadão comum a entender o que está acontecendo a seu redor e mobilizar o imenso reservatório de sentimentos públicos contra as ideologias, leis e instituições que buscam tornar a revolução cultural uma característica permanente da vida norte-americana. A missão do contrarrevolucionário não é apenas deter o movimento de seus adversários, mas ressuscitar o sistema de valores, símbolos, mitos e princípios que constituíam a essência do antigo regime, restabelecer a continuidade entre passado, presente e futuro, e tornar os princípios eternos da liberdade e da igualdade significativos novamente para o cidadão comum.

Essa contrarrevolução já se encontra em formação e demarcando o território para a luta que está por vir. A questão agora é qual visão dos Estados Unidos prevalecerá e qual visão retornará ao vazio.

PARTE I

Revolução

HERBERT MARCUSE

O pai da revolução

No verão de 1967, em Londres, um filósofo quase septuagenário chamado Herbert Marcuse subiu ao palco numa conferência intitulada *Dialética da Libertação* e fez um apelo com serenidade em favor de uma revolução total contra o Ocidente.¹

Com um carregado sotaque alemão do período da República de Weimar, Marcuse criticou asperamente “a síndrome do capitalismo tardio” e “a submissão do homem ao sistema”. A plateia, que incluía intelectuais marxistas ilustres, artistas da contracultura como Allen Ginsberg, e militantes negros como Stokely Carmichael e Angela Davis, permaneceu em silêncio absoluto.² Eles se reuniram na conferência com o propósito de “criar uma consciência revolucionária genuína” e arquitetar estratégias para a “‘guerra de guerrilha’ física e cultural”; e o velho filósofo, que vestia um terno formal e pontuava sua palestra com referência aos grandes filósofos do passado, parecia deter a chave para desvendar tal propósito.³

Em sua palestra, sob o título “*Libertação da Sociedade da Abundância*”, Marcuse elogiou os *hippies* e a contracultura por iniciarem uma “rebelião sexual, moral e política”,⁴ e sustentou que a revolução marxista deve começar com uma “nova sensibilidade” e “o surgimento de um novo tipo de homem, com um impulso biológico vital em busca da libertação, e com uma consciência capaz de romper o véu material e ideológico da sociedade da abundância”.⁵ Ao final de sua palestra, os membros da plateia distribuíram cigarros de maconha pelo auditório.⁶

Marcuse deu uma tragada e preconizou a negação da sociedade existente e a materialização da utopia: “a abolição do trabalho”, “o fim da luta pela existência”, “a reconstrução total de nossas cidades”, “a eliminação [da] feiura”, “a transição do capitalismo para o socialismo”.⁷

A mensagem de Marcuse ecoou ao redor do mundo. Em poucos meses, o estudioso esmeradamente educado e meticuloso de Kant, Hegel e Marx se tornaria um farol para radicais de esquerda em todo o mundo. Em Roma, Paris, Frankfurt e Berlim, os estudantes portavam faixas com o *slogan* “Marx, Mao, Marcuse!” estampado em letras garrafais.⁸ Os militantes do Weather Underground, do Partido dos Panteras Negras e do Baader-Meinhof liam exemplares surrados dos livros de Marcuse enquanto tramavam assaltos, atentados a bomba, assassinatos e guerrilha urbana contra o Estado. Ainda que Marcuse tivesse rejeitado o título de “pai” da revolução que agitava o Ocidente – os radicais “não precisam de uma figura paterna, ou figura de avô, para liderá-los nos protestos”, ele repreendeu –, suas ideias se tornaram a inspiração para as manifestações da juventude e para a chamada Nova Esquerda.⁹

Numa sequência de três livros muito populares – *One-Dimensional Man* [O Homem Unidimensional], *A Critique of Pure Tolerance* [Crítica da Tolerância Pura] e *An Essay on Liberation* [Um Ensaio para a Libertação] –, Marcuse descrevera o fundamento lógico e os métodos para a revolução no Ocidente. Ele sustentou que a sociedade capitalista moderna havia criado os meios perfeitos de repressão, anestesiando a classe trabalhadora com confortos materiais, desejos fabricados e programas de bem-estar, que estabilizaram o sistema e permitiram a criação de bodes expiatórios externos.

Segundo Marcuse, a única solução era a Grande Recusa: a desintegração completa da sociedade existente, começando com uma revolta nas universidades e nos guetos, e depois dissolvendo “a moralidade e os ‘valores’ hipócritas do sistema” mediante a aplicação implacável de sua “teoria crítica da sociedade”,¹⁰ uma filosofia descrita por Douglas Kellner, estudioso de Marcuse, como “marxismo ocidental”, “neomarxismo” ou “marxismo crítico”.¹¹

Enquanto o apelo de Marcuse em favor da revolução era saudado pelos jovens radicais, seu destaque crescente desencadeou uma reação furiosa. Em San Diego, membros da Legião Americana penduraram uma efígie do “marxista Marcuse” no mastro da bandeira diante da Prefeitura, exigindo que a Universidade da Califórnia em San Diego (UCSD) o demitisse.¹² Ronald Reagan, governador da Califórnia, denunciou o professor por causa de sua ideologia

“comunista”, que contribuía para o “clima de violência” nos *campi* universitários.¹³ O vice-presidente Spiro Agnew requereu que a UCSD demitisse Marcuse por “envenenar muitas mentes jovens”.¹⁴ O papa Paulo VI, em uma homilia na Basílica de São Pedro, criticou a teoria revolucionária de Marcuse por abrir caminho para “licenciosidade disfarçada de liberdade” e propagar “degradações animais, bárbaras e sub-humanas”.¹⁵

Os inimigos domésticos do professor enviaram-lhe ameaças pelo correio, cortaram suas linhas telefônicas e dispararam tiros contra sua casa.¹⁶ “Você é um comuna imundo”, dizia uma das cartas. “Você tem 72 horas para [cair fora] dos Estados Unidos. Mais 72 horas, Marcuse, e nós vamos te matar.”¹⁷

Atualmente, os Estados Unidos estão vivendo dentro da revolução marcuseana. No auge do final da década de 1960, Marcuse postulou quatro estratégias-chave para a esquerda radical: a revolta da *intelligentsia* branca abastada, a radicalização da população negra dos guetos, a captura das instituições públicas e a repressão cultural da oposição.¹⁸

Até certo ponto, todos esses objetivos foram alcançados, o que deu início à “transvaloração de todos os valores predominantes” que Marcuse imaginara.¹⁹ A “teoria crítica” de Marcuse, que ele chamou ironicamente de “o poder do pensamento negativo”,²⁰ tem engolfado gradualmente as instituições norte-americanas, tornando-se o modo de pensamento dominante da nova elite. Os jovens radicais que estavam prontos para travar uma guerra contra o Estado simplesmente trouxeram sua revolução para o interior dele, levando as teorias críticas ao poder por meio de uma longa marcha através das universidades, mídia, empresas e do governo central.

Essa revolução ainda está avançando rapidamente. Os esquerdistas modernos vêm perseguindo agressivamente a profecia de Marcuse de que, uma vez que a sociedade tenha sido libertada da repressão capitalista, sua “rebelião então se enraizará na própria natureza, na ‘biologia’ do indivíduo” e desencadeará uma liberdade pura além da necessidade, exploração e violência.²¹ Eles acreditam que a dialética negativa de Marcuse, desenvolvida ao longo de um século de teoria e prática, finalmente poderá dissolver as bases opressoras do Ocidente e levar a uma “ruptura da história, o rompimento radical, o salto para o reino da liberdade”, mesmo que isso signifique a subversão da democracia e o cataclismo da violência política.²²

Marcuse estava disposto a perseguir sua visão até o apocalipse – o caos era o custo da mudança; a violência, o catalisador do progresso. Ao longo desse caminho, milhares de jovens e radicais marginalizados se mostravam determinados a seguir.

No verão de 1898, em Berlim, Carl e Gertrud Marcuse celebraram a chegada ao mundo de seu primeiro filho, Herbert. Carl, homem de negócios bem-sucedido, e Gertrud, filha de um próspero industrial, tinham assegurado uma vida de conforto burguês que seu filho passaria toda sua vida adulta criticando com veemência.

Na infância de Marcuse, a família viveu em um apartamento luxuoso de 10 cômodos em Berlim. Tempos depois, mudou-se para uma mansão no subúrbio com “cinco salas de recepção, uma elegante lareira de estilo inglês e acomodações para uma criada composta de duas criadas, um cozinheiro, duas lavadeiras e o motorista do Packard da família”.²³ Carl e Gertrud enviaram Herbert para o Mommsen Gymnasium, escola de elite e a preferida pela classe imperial governante,²⁴ e para o Kaiserin-Augusta Gymnasium, que foi frequentado pelo conhecido sociólogo Max Weber.²⁵

Os pais de Marcuse eram judeus, mas não observantes. Mais tarde, ele explicaria que sua infância fora típica de uma família alemã rica e assimilada, e que sua origem religiosa nunca lhe trouxe um sentimento de exclusão em sua infância.²⁶ Marcuse foi um aluno sensível que sofria de um problema de visão, e concluiu o ensino fundamental sem nunca pensar em política.

Isso mudou com a deflagração da Primeira Guerra Mundial. Após sua formatura no ensino fundamental, Marcuse recebeu convocação para o serviço militar. Ele foi dispensado de participar dos combates por causa do problema de visão, e assim designado para trabalhar nas cavalaria em Berlim. Nesse período, a capital da Alemanha estava imersa em agitação: Marcuse testemunhou protestos, tumultos, greves, boatos e instabilidade política. O país travava uma guerra no exterior e uma guerra interna, enquanto o kaiser Guilherme II procurava conter uma revolta democrática interna.²⁷

Em 1917, Marcuse ingressou no Partido Social Democrata (SPD, na sigla em inglês), de esquerda, e flertou com a facção radical Spartacus de Rosa Luxemburgo, que buscava acabar com o capitalismo global e impor a revolução marxista internacional. No ano seguinte, a Alemanha estava à beira do colapso: as Potências Aliadas derrotaram o exército alemão, o kaiser abdicou e a revolução eclodiu em Kiel, Hamburgo e Berlim. Os cidadãos organizaram “conselhos de trabalhadores e soldados”, conforme o modelo dos soviets russos, para assumir o comando e propiciar segurança para as novas facções políticas.

Seguindo a linha radical, Marcuse apoiou a revolução em prol da democracia social e, a fim de impedir o restabelecimento do governo imperial pelos contrarrevolucionários, aderiu à “força de segurança civil” esquerdista em Berlim.²⁸

Durante a Revolução de Novembro, que instituiria a malfadada República de Weimar, Marcuse, jovem de 20 anos, se viu munido com um rifle, de sentinela na Alexanderplatz, com ordens para atirar em qualquer franco-atirador contrarrevolucionário no local. Esse momento – pode-se imaginar o jovem intelectual vestido com um sobretudo militar, fumando cigarros, deslumbrado com os grandes oradores da revolução – conteria todos os temas que iriam ocupar Marcuse até o fim de sua vida: revolução e contrarrevolução, utopia e distopia, esperança e traição.

Marcuse foi eleito para um dos conselhos de soldados, mas rapidamente percebeu que os conselhos vinham elegendo todos os antigos funcionários do regime anterior. Era um mau presságio. Enquanto isso, a coalizão do Partido Social Democrata, naquele momento incumbida de administrar o novo estado de Weimar, se fragmentou. Rosa Luxemburgo e sua Liga Spartacus se juntaram ao recém-criado Partido Comunista da Alemanha, e seus membros mais fervorosos se mobilizaram para dar um golpe de estado e enterrar o capitalismo de uma vez por todas. A liderança do SPD, na esperança de estabilizar o país e se consolidar no poder, pôs em ação os paramilitares nacionalistas em Berlim, que prenderam, torturaram e executaram Rosa Luxemburgo, e depois jogaram seu corpo num canal. Os outros líderes da Liga Spartacus tiveram destino semelhante.²⁹

Enojado e desiludido, Marcuse se desligou do SPD e abandonou totalmente a política prática (*realpolitik*). Para ele, a revolução havia sido traída e absorvida pelas “forças reacionárias, destrutivas e repressivas” da burguesia alemã.³⁰ “Lembro-me de que foi ali, na Alexanderplatz, em Berlim, eu portando um rifle, que comecei a me interessar cada vez mais por Marx”, Marcuse recordou sessenta anos depois. “Quando a revolução alemã foi gradualmente – ou não tão gradualmente – derrotada e reprimida, e seus líderes, assassinados, eu me retirei e passei a me dedicar quase inteiramente ao estudo na universidade.”³¹

As décadas subsequentes da vida de Marcuse seguiram o mesmo padrão de revolução e desilusão. Ele se doutorou em literatura pela Universidade de Freiburg em 1922, em seguida trabalhou brevemente como sócio em uma loja de livros raros em Berlim e depois retornou a Freiburg para estudar sob a orientação do filósofo Martin Heidegger, que tempos depois se tornaria o filósofo oficial do regime nazista. Por fim, Marcuse concluiu uma segunda tese, intitulada “A Ontologia de Hegel e a Teoria da Historicidade”, que o qualificou para uma

carreira acadêmica.³² Porém, quando Adolf Hitler ascendeu ao poder em 1932, Marcuse fugiu da Alemanha junto com outros acadêmicos judeus, primeiro para a Suíça, depois para a França e finalmente para os Estados Unidos, e ingressou no Instituto de Pesquisa Social, uma associação formada por importantes teóricos marxistas que tinham escapado dos nazistas.³³

Liderado pelos acadêmicos Max Horkheimer, Theodor Adorno, Leo Lowenthal e Friedrich Pollock, o grupo foi o precursor da “teoria crítica da sociedade”, que sintetizou uma ampla gama de conceitos de filosofia, psicanálise e teoria política na tentativa de explicar o fracasso do marxismo tradicional e criar uma dialética nova e mais sofisticada que finalmente poderia inspirar o “ato radical” de transformar o mundo. A teoria incluiria três partes essenciais: uma crítica radical da sociedade existente, um método para a “alteração da sociedade em geral” e um “espírito utópico” que poderia guiar a humanidade além da necessidade.³⁴

Os membros do instituto tiveram o cuidado de envolver sua linguagem em terminologia acadêmica – substituindo conscientemente palavras como “marxismo” e “comunismo” por “materialismo dialético” e “teoria materialista da sociedade”³⁵ –, mas as implicações eram claras: o verdadeiro objetivo do novo marxismo não era a busca da verdade, mas sim a busca de uma revolução.

Marcuse acabou partindo para os Estados Unidos, chegando ali no Dia da Independência de 1934. “Quando vi a Estátua da Liberdade, realmente me senti como um ser humano”, ele recordou.³⁶ Durante a maior parte das duas décadas seguintes, Marcuse trabalharia para o instituto e também para o Escritório de Informação de Guerra dos Estados Unidos (OWI, na sigla em inglês) e para o Escritório de Serviços Estratégicos (OSS, na sigla em inglês), onde realizou investigações para ajudar na luta contra o nazismo. Depois da guerra, ele ingressou na academia, obtendo cargos em Columbia, Harvard, Brandeis e, finalmente, na Universidade da Califórnia em San Diego.

Porém, a fé de Marcuse no mundo do pós-guerra também rapidamente se desfez. Internacionalmente, Marcuse viu a União Soviética mergulhar na tirania e os Estados Unidos iniciarem as guerras quentes e frias ao redor do mundo. Domesticamente, ele viu o capitalismo se expandir para o consumismo desenfreado, a conformidade e o excesso, enquanto os pobres eram acalmados com as falsas promessas dos programas de bem-estar da Grande Sociedade.³⁷

Marcuse concluiu que os Estados Unidos eram pouco mais do que um “Estado de bem-estar social e Estado de guerra”: um duplo mecanismo de repressão, que já não era capaz de alcançar nenhum princípio mais elevado. “Ao comparar os Estados

Unidos como ele era, por exemplo, em 1934, quando cheguei, e como está agora, chego a duvidar que seja o mesmo país”, ele disse. “Naquela época, este país combateu eficazmente a inflação e o desemprego, e se preparou para a guerra contra o fascismo. Não se pode dizer hoje que este país seja contrário ao fascismo se ele ajuda a manter e consolidar governos fascistas em diversos países do mundo.”³⁸

Marcuse desenvolveu esse tema em *One-Dimensional Man*, livro profundo e pessimista de 1964. Sua principal linha de raciocínio era que as sociedades liberais modernas tinham transcendido seu propósito original, pervertido os métodos da racionalidade tecnológica e se tornado repressivas. “Uma falta de liberdade confortável, suave, razoável e democrática prevalece na civilização industrial avançada”, ele escreveu.³⁹ As economias capitalistas haviam criado a prosperidade generalizada, mas, em vez de libertar o homem, tinham gerado uma nova estrutura de manipulação e controle. A racionalidade se degenerara em irracionalidade. A liberdade se transformara em escravidão. O progresso gerara a barbárie.

Para Marcuse, o liberalismo moderno havia reduzido a existência do homem a uma única dimensão e escondido as contradições sociais, econômicas e políticas da era anterior, que inspiraram o marxismo clássico. De acordo com ele, na nova sociedade nivelada

(...) a dominação – sob o disfarce de abundância e liberdade – alcança todas as esferas da existência privada e pública, integra toda oposição autêntica, absorve todas as alternativas. A racionalidade tecnológica revela seu caráter político conforme se torna o grande veículo da dominação mais eficaz, criando um universo verdadeiramente totalitário em que a sociedade, a natureza, a mente e o corpo são mantidos num estado de mobilização permanente para a defesa desse universo.⁴⁰

A consequência dessa transformação foi dupla. Primeiro, a classe trabalhadora havia sido despojada de seu potencial revolucionário. Segundo, o sistema político se tornara uma “pseudodemocracia”, sem nenhuma oposição autêntica.⁴¹ Para Marcuse, isso era motivo de desespero. A teoria do marxismo clássico se baseara no conflito revolucionário entre o proletariado e a burguesia. Porém, após a ascensão da sociedade unidimensional, essas condições foram absorvidas: o capitalismo seduzira a classe trabalhadora com sua “promessa suprema” de “uma vida cada vez mais confortável para um número cada vez maior de pessoas”. O resultado foi uma nova forma de alienação. Os proletários foram reduzidos a “receptáculos preconditionados” para produção, publicidade e dominação.⁴² Eles se tornaram “escravos sublimados”, incapazes de compreender seus próprios desejos e vontades.⁴³

Marcuse concluiu que a perspectiva política era sombria. “A realidade das classes trabalhadoras na sociedade industrial avançada torna o ‘proletariado’ marxiano um conceito mitológico; a realidade do socialismo de hoje torna a ideia marxiana um sonho.”⁴⁴ O homem moderno estava condenado ao “inferno da Sociedade da Abundância” por meio de um totalitarismo brando e difuso.⁴⁵ Ele estava privado de sua própria imaginação e encontrava sua “alma em [seu] automóvel, aparelho de som, casa de dois andares, equipamentos de cozinha”.⁴⁶ Os Estados Unidos se converteram numa sociedade caracterizada pela “tolerância repressiva”, prometendo liberdade de pensamento, expressão e reunião, enquanto, na prática, privava as pessoas dos mecanismos para tornar esses direitos efetivos. Esses elementos essenciais da vida política – palavra, ação, oposição – têm permissão para existir como símbolos, mas são privados de qualquer poder de verdade.

As implicações da teoria marcuseana eram preocupantes. Ele retratou a sociedade ocidental como uma série de inversões: a democracia era uma “pseudodemocracia”; a independência era uma “tolerância repressiva”; a liberdade era uma “escravidão sublimada”. O povo, corroído pela falsa consciência e sujeito à gestão racional, já não era digno de confiança. “Enquanto essa condição prevalecer, faz sentido dizer que a vontade geral está sempre errada”, Marcuse escreveu em *An Essay on Liberation*.⁴⁷ Portanto, a única solução era desmistificar a ilusão e promover uma revolução contra o sistema em geral. Marcuse escreveu:

Se a democracia significa o autogoverno de pessoas livres, com justiça para todos, então a concretização da democracia pressupõe a abolição da pseudo-democracia existente. Na dinâmica do capitalismo corporativo, a luta pela democracia tende a assumir formas antidemocráticas, e na medida em que as decisões democráticas são tomadas em “parlamentos” em todos os níveis, a oposição tenderá a se tornar extraparlamentar.⁴⁸

Se não a democracia, o que deveria substituí-la? Nesse caso, apelando a Platão e Rousseau, Marcuse apresentou sua forma política ideal: a “ditadura educacional” – ou seja, um governo de elites capazes de fazer distinção entre falsa e verdadeira consciência e entre liberdade e escravidão. Diz Marcuse:

[A sociedade] deve primeiro possibilitar que seus escravos aprendam, vejam e pensem antes que saibam o que está acontecendo e o que eles próprios podem fazer para mudar isso. E, na medida em que os escravos tenham sido condicionados a existir como escravos e se contentem com esse papel, sua libertação

necessariamente parece vir de fora e de cima. Eles devem ser “forçados a ser livres”, a “ver os objetos como são e às vezes como deveriam parecer”; eles devem ser guiados para o “caminho certo” que estão procurando.⁴⁹

Seguindo a ortodoxia de Marx e Lênin, Marcuse acreditava que devia haver uma ditadura temporária para levar a sociedade da escravidão para a liberdade. Porém, ao romper com seus predecessores, Marcuse ofereceu um toque irônico: em vez da “ditadura do proletariado”, que representava a vontade da classe trabalhadora, ele propôs uma “ditadura dos intelectuais”, que, aparentemente, representava a vontade de homens como ele.⁵⁰

Na época, porém, Marcuse se sentia pessimista quanto às perspectivas de revolução. Apesar da aprovação da Lei dos Direitos Cívicos e dos programas da Grande Sociedade em meados da década de 1960, Marcuse acreditava que o projeto político progressista estava condenado por suas próprias limitações.⁵¹ A sociedade unidimensional tinha aniquilado a própria possibilidade de progresso significativo.

Para Marcuse, a única esperança era liberar o poder destrutivo das favelas e acelerar o colapso de todo o sistema. No trecho final de *One-Dimensional Man*, ele apelou para “o substrato de párias e excluídos”, que poderia constituir a força física, quando não intelectual, de uma resistência derradeira e desesperada. “Eles existem fora do processo democrático; sua vida é a necessidade mais imediata e mais real para acabar com condições e instituições intoleráveis. Portanto, sua oposição é revolucionária, mesmo que sua consciência não seja”, Marcuse escreveu. “É apenas uma oportunidade. A teoria crítica da sociedade não possui conceitos que possam preencher a lacuna entre o presente e seu futuro; sem nenhuma promessa e sem nenhum sucesso, ela permanece negativa. Assim, ela quer se manter fiel àqueles que, sem esperança, deram e continuam a dar sua vida para a Grande Recusa.”⁵²

Segundo Marcuse, isso era tudo o que restava: a Grande Recusa, a revolta simbólica, a carga negativa da dialética.

Porém, ele falara cedo demais. Quase imediatamente após a publicação de *One-Dimensional Man*, uma nova revolução cultural tomara conta dos países do Ocidente, derrubando uma série de ortodoxias econômicas, políticas, sexuais, religiosas e artísticas – e fazendo parecer ingênuo o lamento de Marcuse acerca da permanência do *establishment*. No final da década, a Grande Recusa de Marcuse acabaria definindo os contornos da nova “contracultura”. Jovens de espírito livre e educação superior “desbundariam” e cairiam fora da sociedade convencional.

A Guerra do Vietnã começaria a irritar jovens com simpatias pela esquerda. E os “párias e excluídos” dos guetos norte-americanos promoveriam tumultos, saques, destruições e roubos em mais de 100 cidades.⁵³

Contra todas as expectativas, a dialética mudara.

* * * *

Com a agitação se espalhando pelos Estados Unidos, o professor Marcuse se retirou para seu pequeno escritório na UCSD, sentou-se diante da máquina de escrever, acendeu um charuto e atualizou desenfreadamente sua teoria da revolução. Entre 1967 e 1969, vivendo o período mais fértil de sua carreira, Marcuse publicou uma nova edição de *A Critique of Pure Tolerance*,⁵⁴ uma coletânea intitulada *Negations: Essays in Critical Theory*,⁵⁵ e o livro seminal *An Essay on Liberation*. Durante o mesmo período, ele também viajou pelo mundo, proferiu dezenas de palestras públicas e concedeu longas entrevistas para a imprensa, deixando um registro detalhado de seu pensamento conforme evoluía ao longo do tempo.⁵⁶

Esse conjunto de obras logo se tornaria o roteiro para a “Nova Esquerda”, uma coalizão aberta de manifestantes estudantis, ativistas da causa racial, feministas radicais e figuras da contracultura dos Estados Unidos e da Europa. Na ocasião, Marcuse, prestes a completar 70 anos, se tornaria seu mentor, guru e guia. Conforme a Nova Esquerda ganhava proeminência, ele abandonava seu pessimismo anterior e esquematizava um ambicioso programa intelectual para os novos radicais. Em 1967, num discurso na Universidade Livre de Berlim, Marcuse esboçou a orientação filosófica básica do movimento: “A Nova Esquerda é, salvo algumas exceções, neomarxista em vez de marxista no sentido ortodoxo; ela é fortemente influenciada pelo que é chamado de maoísmo e pelos movimentos revolucionários do Terceiro Mundo.”⁵⁷

O novo movimento não era a “força revolucionária ‘clássica’” do proletariado. Em vez disso, era a coalizão de opostos que Marcuse imaginara em *One-Dimensional Man*: os intelectuais e os favelados, os privilegiados e os despossuídos. “Trata-se de uma oposição contra a maioria da população, incluindo a classe trabalhadora”, Marcuse afirmou.

Constitui uma oposição contra a pressão onipresente do sistema, que, por meio de sua produtividade repressiva e destrutiva, rebaixa tudo, de maneira cada vez mais desumana, ao *status* de uma mercadoria cuja compra e venda

proporciona o sustento e o conteúdo da vida; contra a moralidade e os “valores” hipócritas do sistema; e contra o terror empregado fora da metrópole.⁵⁸

Para Marcuse, esse movimento começava a se desenvolver como uma verdadeira oposição política: antiguerra, anticapitalista, anti-imperialista e antidemocrática. Os novos radicais estavam construindo uma base de apoio nos *campi* das universidades da Ivy League e nos guetos da costa oeste, iniciando o processo de “despertar a consciência em relação à necessidade do socialismo, e de que devemos lutar por sua concretização se não quisermos ser barbarizados e destruídos”. O objetivo, Marcuse explicou para os estudantes universitários de Berlim Ocidental, ainda poderia ser “o socialismo e a expropriação da propriedade privada dos meios de produção e o controle coletivo”, mas, ele alertou, para alcançar essa fase, eles deviam adotar a estratégia de disfarçar suas intenções. “Devemos avançar passo a passo.”⁵⁹

Ele ainda disse aos estudantes que eles não poderiam exigir a expropriação imediata e a redistribuição de riqueza, mas sim criar as condições para que isso acontecesse no futuro.

Marcuse tornou-se o herói deles. Seu livro *One-Dimensional Man* vendeu 100 mil exemplares e foi traduzido para 16 idiomas. Em Roma, os estudantes juraram lealdade a “Marx, Mao e Marcuse”. Em Paris, estudantes ocuparam edifícios universitários e embarcaram numa busca espiritual que chamaram de “*la journée marcusienne*”.⁶⁰ Em Nova York, radicais burgueses brancos e militantes negros lotaram o auditório da casa de shows Fillmore East para ouvir Marcuse falar sobre a revolução.⁶¹ O jornal *New York Times* e as revistas *Saturday Evening Post*, *BusinessWeek*, *Fortune*, *Time* e *Playboy* publicaram reportagens sobre Marcuse e seu papel como “Pai da Nova Esquerda”.⁶²

Nos dois anos seguintes, Marcuse consolidaria seu programa para a Nova Esquerda nas obras *A Critique of Pure Tolerance* e *An Essay on Liberation*, que ele dedicou aos “jovens militantes”. Em conjunto, esses textos delinearão a nova teoria marcuseana sobre a revolução. Em sua opinião, o progresso tecnológico finalmente tornaria possível o comunismo. O novo proletariado poderia usar a raça, em lugar da classe, para preparar o terreno para a revolução. A minoria radical poderia usar legitimamente a violência e a repressão em busca da “ruptura total”. Marcuse tinha ido além do marxismo clássico e criado uma teoria coerente do neomarxismo: o objetivo de fazer “a transição do capitalismo para o socialismo” era o mesmo, mas o contexto, o protagonista e a estratégia haviam todos mudado com a progressão da história.⁶³

Nas páginas iniciais de *An Essay on Liberation*, Marcuse explica que a evolução das condições materiais sob o capitalismo avançado finalmente criara a base material necessária para satisfazer as necessidades de todos os cidadãos. “Marx e Engels se abstiveram de desenvolver conceitos concretos de possíveis formas de liberdade numa sociedade socialista; atualmente, tal contenção não parece mais justificada”, ele escreveu.⁶⁴ Os países avançados do Ocidente – e os países recém-industrializados do Oriente – apenas tinham que transferir o controle dos meios de produção e a distribuição de bens para realizar o sonho marxiano perdido havia muito tempo. “As possibilidades utópicas estão presentes nas forças técnicas e tecnológicas do capitalismo avançado e do socialismo”, Marcuse afirmou. “A utilização racional dessas forças em escala global eliminaria a pobreza e a escassez num futuro próximo.”⁶⁵

Esse processo de libertação poderia ocorrer em duas etapas. Primeiro, mediante a criação de um sistema de “propriedade coletiva” na produção econômica. Segundo, mediante uma “mudança qualitativa” na natureza humana “de acordo com a nova sensibilidade e a nova consciência”, que extingiria o espírito de exploração de uma vez por todas.⁶⁶

Em seguida, Marcuse aborda a questão de quem desencadeará a revolução. Segundo o marxismo clássico, a classe trabalhadora industrial – os homens cobertos de fuligem e desumanizados que trabalhavam em fábricas, estaleiros e galpões – era o grande Sujeito da revolução. Porém, como Marcuse concluíra, o antigo proletariado tinha perdido seu potencial revolucionário e assumido uma “função estabilizadora e conservadora” no âmbito do sistema capitalista. E assim, Marcuse transferiu suas esperanças para o emergente proletariado da Nova Esquerda – a coalizão entre a “jovem *intelligentsia* de classe média” e os “militantes negros” –, que tinha o potencial de se tornar um novo centro de resistência.⁶⁷

Ele resolveu essa evidente contradição sustentando que as novas condições do capitalismo avançado exigiam um novo Sujeito revolucionário, e que a coalizão da Nova Esquerda desempenhava uma função análoga aos partidos políticos marxistas que foram capazes de desestabilizar a ordem dominante e radicalizar as massas no passado.⁶⁸ “A fortaleza econômica aparentemente inexpugnável do capitalismo corporativo mostra sinais de crescente tensão”, Marcuse escreveu. “As populações dos guetos podem muito bem se tornar a primeira base de revolta em massa. (...) A oposição estudantil está se espalhando nos antigos países socialistas, assim como nos países capitalistas.”⁶⁹

O surgimento desse novo proletariado também sugeriu um novo eixo para a revolução: Marcuse acreditava que o conflito racial poderia propiciar um substituto

viável – e um derradeiro catalisador – para a luta de classes. “O fato é que, atualmente nos Estados Unidos, a população negra aparece como a força de rebelião ‘mais natural’”, ele disse. “Confinada em pequenas áreas de vida e morte, pode ser mais facilmente organizada e dirigida. Além disso, os guetos, localizados nas principais cidades do país, formam centros geográficos naturais a partir dos quais a luta pode ser organizada contra alvos de vital importância econômica e política.”⁷⁰

Marcuse tinha observado quando os centros urbanos negros irromperam em tumultos, saques, incêndios criminosos e derramamento de sangue durante os turbulentos anos entre meados e o final da década de 1960. Embora não fossem uma força revolucionária consciente, os guetos ofereciam uma resistência instintiva e física contra as forças de lei e ordem. Eles eram a contradição viva do sistema capitalista, que, mesmo após a aprovação da Lei dos Direitos Civis, da Lei dos Direitos de Voto e dos programas da Grande Sociedade, não conseguiram absorver as populações minoritárias em sua mitologia.

“A necessidade vital de mudança é a própria vida da população do gueto”, Marcuse explicou.⁷¹ Em particular, ele considerou o movimento militante negro como um meio viável de quebrar o domínio do *establishment* sobre a linguagem e a cultura. Esses grupos, que estavam se unindo sob a orientação do Black Power [Poder negro], desenvolveram um “universo subversivo de discurso” que ameaçou contestar a linguagem conciliatória e embalada das corporações norte-americanas. Por exemplo, eles tinham dessublimado a palavra platônica “*soul*” e a carregado com conotações “negras, violentas, orgiásticas”; eles haviam inventado o *slogan* “*black is beautiful*” e o impregnaram com o sentimento de “escuridão, magia proibida, inquietação”.⁷²

Marcuse foi cuidadoso ao explicar que essa nova coalizão ainda não era capaz de promover uma revolução contra o regime norte-americano. “De forma alguma a situação é revolucionária, nem sequer é pré-revolucionária”, ele declarou ao jornal francês *Le Monde* no verão de 1969. “Mas nunca perco a esperança.” Ele esperava que os radicais brancos e os militantes negros conseguissem reduzir a resistência à revolução em casa e ir além dos limites das universidades e dos guetos ao se unirem aos revolucionários do Terceiro Mundo que lideravam a luta pelo socialismo no exterior.

Para Marcuse, no Ocidente, a necessidade estratégica básica era aplicar implacavelmente a dialética negativa, subverter a sociedade unidimensional e desestabilizar a ordem social. Como ele explicou em *An Essay on Liberation*, “o desenvolvimento de uma consciência política radical entre as massas só é

concebível se e quando a estabilidade econômica e a coesão social do sistema começam a enfraquecer”.⁷³ Ele acreditava que os radicais brancos e os militantes negros representavam uma “força poderosa de desintegração” que poderia fomentar uma crise e, posteriormente, transformar-se numa verdadeira classe revolucionária.⁷⁴ “A mudança radical de consciência é o começo, o primeiro passo para a mudança da existência social: o surgimento do novo Sujeito”, Marcuse escreveu. “Historicamente, é mais uma vez o período do esclarecimento anterior à mudança material – um período de educação, mas educação que se converte em práxis: demonstração, confrontação, rebelião.”⁷⁵

Em outras palavras, a condição prévia para a revolução seria a desintegração completa da cultura, economia e sociedade existentes.

Em 1969, Marcuse acreditou que essas condições começavam a surgir. Nesse ano, ele reeditou *A Critique of Pure Tolerance*, que incluía seu provocativo ensaio “Repressive Tolerance” e um novo posfácio relacionando suas ideias com a agitação política do momento.

Com base no argumento de *One-Dimensional Man*, Marcuse sustentou que a noção de tolerância liberal-democrática era uma ilusão. A “sociedade da administração total” promovia a aparência de liberdade e a simulação de dissidência, mas, na prática, reprimia e absorvia qualquer oposição real no sistema.⁷⁶ Portanto, os principais centros de poder – corporações, meios de comunicação de massa, o Estado – tinham criado uma forma “pervertida” de tolerância que estava a serviço da “proteção e preservação de uma sociedade repressiva”.⁷⁷ Enquanto isso, os radicais políticos, desprovidos do poder econômico e democrático necessário para influenciar a sociedade, são “deixados livres para deliberar e discutir, para falar e se reunir – e permanecerão inofensivos e impotentes diante da maioria esmagadora, que milita contra a mudança social qualitativa”.⁷⁸

De acordo com Marcuse, a solução para esse estado de “tolerância repressiva” era destruí-lo e substituí-lo por um novo regime de “tolerância libertadora”, que reverteria a direcionalidade do poder e suprimiria todas as “instituições, políticas, [e] opiniões” que não levassem a nação em direção à libertação e, com o tempo, à revolução. Nas palavras de Marcuse:

Então, a tolerância libertadora significaria intolerância contra os movimentos da direita e tolerância em relação aos movimentos da esquerda. Quanto ao alcance dessa tolerância e intolerância: (...) se estenderia à fase de ações, assim como de discussão e propaganda, de atos, assim como de palavras.

Para Marcuse, a prática da “tolerância libertadora” justificaria a censura, a repressão e, se necessário, a violência.⁷⁹ Escreveu ele:

Sem dúvida, não é razoável esperar que um governo promova sua própria subversão, mas numa democracia tal direito é conferido ao povo. Isso significa que os caminhos pelos quais uma maioria subversiva poderia se desenvolver não devem ser obstruídos, e se eles forem obstruídos pela repressão organizada e pela doutrinação, sua reabertura poderá exigir meios aparentemente não democráticos.⁸⁰

Esses meios incluiriam a censura de ideias, a supressão da oposição política e a “suspensão do direito de liberdade de expressão e de liberdade de reunião” para os inimigos da revolução, que, segundo Marcuse, representavam uma “ameaça clara e presente”. O novo regime aplicaria censura rigorosa em todas as universidades, corporações, meios de comunicação, instituições educacionais, partidos políticos e até mesmo no próprio Estado. Os radicais imporiam uma política de “intolerância mesmo em relação aos pensamentos, opiniões e palavras” a fim de imunizar o público contra políticas reacionárias no nível mais profundo da consciência.⁸¹

Esse programa representava um afastamento radical dos princípios básicos da Constituição, mas Marcuse, inebriado pelo fervor das ruas, foi além.

Em “Repressive Tolerance”, Marcuse desenvolve pacientemente um argumento passo a passo para justificar a violência política da esquerda. Primeiro, ele define a premissa: as democracias capitalistas modernas geraram uma aparência superficial de paz, mas, na verdade, simplesmente disfarçaram e legitimaram sua própria guerra de repressão contra o povo. “Mesmo nos centros avançados da civilização, a violência realmente prevalece: ela é praticada pela polícia, nas prisões e instituições de saúde mental, na luta contra as minorias raciais.”⁸² Em seguida, Marcuse sustenta que se o sistema de lei e ordem é, de fato, um sistema de repressão, a democracia se torna uma pseudodemocracia; a moralidade se transforma em imoralidade; a legitimidade se converte em ilegitimidade. Além disso, sob tais condições, a minoria – o estudante radical com seu coquetel molotov, o soldado da libertação negra com seu rifle semiautomático – tem o direito de se engajar na resistência física.

Marcuse deixa isso explícito. “Considero que existe um ‘direito natural’ de resistência para que as minorias oprimidas e subjugadas usem meios extralegais se os meios legais se mostram inadequados”, ele afirmou. “Se elas usam a violência, não dão início a uma nova cadeia de violência, mas tentam quebrar uma já estabelecida. Como serão punidas, estão cientes do risco, e quando estão

dispostas a corrê-lo, nenhuma outra pessoa (...) tem o direito de pregar a abstenção para elas.”⁸³

Ou seja, no momento revolucionário, os oprimidos podem exercer seu direito de pôr fim a seus opressores; eles podem justificar sua própria violência como necessária para fazer a roda da história avançar. “Quanto à função histórica, há uma diferença entre violência revolucionária e reacionária”, Marcuse conclui.

Quanto à ética, ambas as formas de violência são desumanas e perversas – mas desde quando a história é feita de acordo com padrões éticos? Começar a aplicá-los no momento em que os oprimidos se rebelam contra os opressores, os desfavorecidos contra os privilegiados, é servir à causa da violência real enfraquecendo o protesto contra ela.⁸⁴

A nova teoria da revolução de Marcuse foi um sucesso imediato. Os jovens radicais da Nova Esquerda, em busca de justificativa intelectual para sua revolta contra o *establishment*, adotaram imediatamente a visão de Marcuse como se fosse deles, e celebraram o velho filósofo como seu profeta. Enquanto isso, o processo histórico acelerava em todas as frentes. Na Europa, a polícia lançava bombas de gás lacrimogêneo em multidões de manifestantes estudantis. Nos Estados Unidos, soldados da Guarda Nacional disparavam munição de verdade nos manifestantes.⁸⁵ Na China, Mao Tsé-Tung implantava a Revolução Cultural. Do Camboja a Moçambique, guerrilheiros marxistas-leninistas davam início a sua longa marcha rumo à libertação.

O mundo parecia preparado para a “ruptura total” – e Marcuse, abandonando qualquer pretensão de cautela ou distanciamento acadêmico, deu permissão para os “novos bárbaros” do Ocidente semear o caos nas ruas e nos corredores do poder. Essa era sua chance, o momento que ele deixara escapar no meio das multidões da Alexanderplatz em 1918 ou no navio que passava pela Estátua da Liberdade em 1934. A revolução estava finalmente a seu alcance. O homem poderia fugir do pesadelo da necessidade, liberar seus instintos da repressão e criar “as formas de um universo humano sem exploração e trabalho árduo”.⁸⁶ Finalmente, a vasta literatura sobre a revolução, incluindo Hegel, Marx e Lênin, poderia ser concretizada no mundo.

Tudo o que era necessário era a arma.

**ASSINE NOSSA NEWSLETTER E RECEBA INFORMAÇÕES DE
TODOS OS LANÇAMENTOS**

www.faroeditorial.com.br



ESTA OBRA FOI IMPRESSA
EM FEVEREIRO DE 2024